

*Brasília, 23 de junho de 2026*

---

Seleção

---

# Sumário

## AC 24 Horas

Segunda-feira, 22 de junho de 2026 | Marco regulatório | INPI

**Ifac abre inscrições para registro de patentes, marcas e softwares em novo edital ..... 3**

## Agência Câmara

Segunda-feira, 22 de junho de 2026 | Marco regulatório | INPI

**Comissão debate a importância dos servidores do Instituto Nacional da Propriedade... ..... 4**

## Jota Info

Segunda-feira, 22 de junho de 2026 | Marco regulatório | INPI

**Atraso estatal não pode punir quem inova ..... 5**

Segunda-feira, 22 de junho de 2026 | Propriedade Intelectual

**Inteligência artificial e direitos autorais ..... 7**

## Congresso em Foco

Segunda-feira, 22 de junho de 2026 | Marco regulatório | INPI

**Patentes: O que está em jogo para os brasileiros ..... 9**

## Ifac abre inscrições para registro de patentes, marcas e softwares em novo edital



Siga o ac24horas no WhatsApp e receba as principais notícias do Acre em primeira mão.

O Instituto Federal do Acre (Ifac) publicou nesta semana um edital que institui um fluxo contínuo de apoio institucional voltado à proteção da **propriedade intelectual** produzido por servidores e estudantes da instituição.

A iniciativa, assinada pela Reitoria e pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PROINP), tem como objetivo incentivar o registro e o depósito de ativos de inovação junto a órgãos oficiais como o **Instituto Nacional da Propriedade de Industrial (INPI)** e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), abrangendo marcas, patentes, programas de computador e cultivos.

O edital estabelece que as submissões poderão ser realizadas até 11 de dezembro de 2026, em regime de fluxo contínuo, permitindo que propostas sejam enviadas a qualquer momento dentro do período de vigência.

A análise das demandas ficará sob responsabilidade da Coordenação de **Propriedade Intelectual** e Inovação (COPII), em conjunto com o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) e a PROINP, que terão

prazo de até 30 dias corridos para emitir parecer sobre cada proposta, considerando critérios como novidade, atividade inventiva, aplicabilidade industrial e vínculo institucional dos autores.

O programa conta com uma dotação orçamentária de R\$ 3 mil destinada exclusivamente ao pagamento de taxas de registro, depósito e manutenção de ativos de **propriedade intelectual**. Os recursos serão aplicados junto ao **INPI** e ao MAPA, sendo vedado qualquer outro tipo de despesa, como contratação de serviços externos ou escritórios especializados. Em caso de contingenciamento orçamentário, o edital prevê a possibilidade de suspensão das ações sem responsabilidade financeira para o Ifac.

Podem participar servidores efetivos e estudantes regularmente matriculados no instituto, desde que vinculados a grupos de pesquisa certificados no CNPq e com currículo Lattes atualizado. O edital também exige que os proponentes estejam adimplentes com a instituição e que não tenham divulgado previamente os resultados passíveis de proteção, sob risco de perda da possibilidade de registro.

O processo de submissão inicia-se com o preenchimento de um formulário eletrônico de comunicação de invenção, seguido da abertura de processo no Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Após a análise técnica e jurídica, em caso de deferimento, o Ifac dá prosseguimento ao depósito ou registro do ativo junto aos órgãos competentes, podendo também atuar em regime de cotitularidade quando houver participação de outras instituições.

Além disso, o edital estabelece regras claras sobre sigilo, divisão de royalties e direitos dos inventores. Os ganhos econômicos provenientes da exploração das tecnologias registradas serão divididos entre criadores, unidades do Ifac e o Núcleo de Inovação Tecnológica, conforme previsto na política institucional de inovação.

## Comissão debate a importância dos servidores do Instituto Nacional da Propriedade Industrial



GettyImages



O debate será realizado às 10 horas no plenário 8.



A Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados debate, na terça-feira (23), a importância dos servidores do **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**.



- Veja quem foi convidado para o debate

O debate atende a pedido do deputado Reimont (PT-RJ). Segundo o parlamentar, o objetivo é promover o debate sobre a relevância da **propriedade industrial** como instrumento estratégico para o desenvolvimento nacional, especialmente sob a perspectiva do serviço público e da valorização de seus servidores.

"A efetividade do sistema de **Propriedade Industrial** está diretamente condicionada à capacidade institucional e à valorização do corpo técnico do **INPI**, responsável pela análise, concessão e gestão dos direitos relacionados à inovação e à produção intelectual no País", afirma.

Da Redação - RL

## Atraso estatal não pode punir quem inova



Se o Brasil quiser ser protagonista em inovação, precisa parar de tratar mora administrativa como detalhe técnico

O Brasil precisa decidir se quer ser um país que atrai e desenvolve inovação de ponta ou um país que a sacrifica em nome de uma falsa ideia de previsibilidade.

Nos últimos dias, voltou a circular o argumento de que o sistema brasileiro de patentes "está funcionando" porque a lei prevê prazo certo e porque, ao fim desse prazo, a concorrência entra em cena. A tese parece racional. Mas ignora o problema central: não existe previsibilidade real quando o atraso do Estado corrói, na prática, a proteção que a própria lei promete.

Conheça o JOTA PRO Poder, plataforma de monitoramento que oferece transparência e previsibilidade para empresas

O efeito concreto dessa distorção costuma ser subestimado. Empresas inovadoras não colocam no mercado produtos intensivos em pesquisa e capital sem proteção patentária rápida e efetiva, porque isso significaria abrir espaço para a cópia antes mesmo de recuperar o investimento feito.

Quando o atraso estatal corrói esse período de proteção, o país deixa de ser percebido como ambiente seguro para inovação e as novas tecnologias simplesmente não chegam. E, nesse cenário, quem perde não é apenas a empresa: perdem a ciência, os pacientes e a competitividade brasileira.

Patente não é privilégio. Também não é favor. É o instrumento que torna possível transformar ciência em produto, pesquisa em tratamento, risco em investimento. O pacto é simples: a sociedade recebe divulgação tecnológica, e o inventor recebe um período de 20 anos de exclusividade. O que não faz sentido é fingir que esse pacto continua equilibrado quando a demora administrativa consome parte relevante desse tempo antes mesmo da concessão, além de sobrecarregar quem ousa inovar com insegurança jurídica e falta de previsibilidade.

O Supremo Tribunal Federal decidiu, em 2021, pela inconstitucionalidade da prorrogação automática prevista no parágrafo único do artigo 40 da Lei de **Propriedade Industrial** e manteve os prazos do caput. O problema é que parte do debate público passou a tratar esse julgamento como se ele tivesse resolvido a distorção da mora administrativa. Não resolveu. Apenas impediu um mecanismo automático. A demora do Estado continuou existindo. E seus efeitos negativos também.

É exatamente aí que a discussão precisa amadurecer. Defender um mecanismo legal de ajuste para casos de atraso não imputável ao titular não é pedir privilégio. É exigir o mínimo de racionalidade institucional, que o **INPI** brasileiro cumpra prazos razoáveis e mantenha transparência durante o processo de análise de pedidos de patentes, pois aí sim existiria a tal previsibilidade, para todos os atores do sistema.

Em qualquer ambiente sério de negócios ou relação contratual, é inaceitável que uma das partes descumpra prazos e a outra arque sozinha com as consequências. No Brasil, porém, parece haver quem considere normal que a ineficiência administrativa recaia integralmente sobre quem investiu anos de pesquisa, capital e risco em inovação.

Chamar isso de "regra do jogo" não torna a regra justa. Só naturaliza o atraso.

A verdade é simples: sem proteção efetiva, o incentivo à inovação enfraquece. E, quando falta o incentivo, o Brasil perde prioridade em pesquisa, desen-

volvimento, ensaios clínicos, transferência de tecnologia e novos lançamentos. Isso não prejudica apenas empresas. Prejudica pacientes, universidades, cadeias produtivas e o próprio país, que passa a receber menos investimento justamente nas áreas em que precisa avançar.

O Congresso Nacional já percebeu que esse debate não pode ser interditado. O PL 5810/2025 foi apresentado para tratar do ajuste de prazo em situações de atraso administrativo causado exclusivamente pelo Estado, conforme apuração detalhada e específica feita pelo próprio Estado, promovendo a autorremediação. Isso mostra que o tema está longe de ser uma extravagância jurídica. É uma resposta legítima a um problema concreto, que fere a imagem e a confiabilidade do país.

Também é positivo que o **INPI** tenha como prioridade aumentar a agilidade, melhorar a qualidade do exame e zerar o backlog. Esse esforço institucional merece reconhecimento. Mas não é razoável fingir que os problemas causados pelas dificuldades do passado deixaram de existir, ou que nunca mais haverá adversidades. O Estado não pode atrasar, comprometer o direito econômico associado à inovação e depois chamar isso de segurança jurídica.

O Brasil não precisa escolher entre acesso e inovação. Precisa entender que um depende do outro.

Não haverá acesso sustentável a novas tecnologias se o país se tornar hostil ao ambiente que torna essas tecnologias possíveis. A lógica é elementar: sem estímulo à pesquisa hoje, não haverá o que produzir, licenciar, copiar, concorrer ou baratear amanhã.

Assine gratuitamente a newsletter Últimas Notícias do JOTA e receba as principais notícias jurídicas e políticas do dia no seu email

Por isso, o verdadeiro debate não é sobre "estender patentes". É sobre impedir que o atraso estatal destrua o valor da proteção prometida em lei. País que leva inovação a sério não pune quem investe em ciência. Corrige distorções, aperfeiçoa regras e entende que previsibilidade não é saber a data no calendário - é ter confiança de que o direito reconhecido será efetivamente usufruído.

Se o Brasil quiser ser protagonista em inovação, terá de parar de tratar a mora administrativa como detalhe técnico. Ela não é detalhe. Ela é parte do problema. E continuar chamando isso de normalidade é escolher o atraso como política pública.

## Inteligência artificial e direitos autorais



Congresso procura um caminho entre a inovação e a proteção da criatividade humana

No último 29 de abril, foi realizada a Primeira Conferência Nacional de Direitos Autorais e **Propriedade Intelectual**, promovida pela Associação Brasileira de Advogados de Direitos Autorais e **Propriedade Intelectual** e pela Frente Parlamentar da Economia Criativa. O evento reuniu especialistas para discutir os desafios impostos aos direitos autorais pela evolução da inteligência artificial, aprofundando temas já debatidos na Comissão Especial sobre Inteligência Artificial (PL 2338/23).

O debate sobre direitos autorais no PL 2338 revelou a existência de diagnósticos relevantes formulados por distintos setores da sociedade. Embora partam de perspectivas diversas, muitas dessas contribuições identificam desafios comuns, indicando que o aperfeiçoamento regulatório dependerá menos da escolha entre interesses concorrentes e mais da capacidade de construir mecanismos de equilíbrio entre inovação, concorrência e proteção da **propriedade intelectual**.

Conheça o JOTA PRO Poder, plataforma de monitoramento que oferece transparência e previsibilidade para empresas

Durante as audiências públicas da Comissão Especial da Câmara dos Deputados, representantes da indústria cultural, pesquisadores, juristas, empresas de tecnologia, organizações da sociedade civil e especialistas em inteligência artificial apresentaram

diagnósticos distintos sobre um mesmo problema. O resultado foi a formação de três grandes correntes regulatórias que hoje disputam a redação final do marco legal da inteligência artificial no Brasil.

A primeira corrente, representada por entidades como o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), a Associação Brasileira de Direitos Reprográficos (ABDR), a Pró-Música Brasil e parte do setor cultural, parte de uma premissa intuitivamente atraente: sistemas de inteligência artificial são alimentados por obras criadas por autores, artistas, jornalistas, músicos e produtores. Se tais sistemas extraem valor econômico dessas obras, seria legítimo exigir autorização prévia e remuneração dos titulares dos direitos.

Sob essa ótica, o treinamento de modelos de IA não constitui mera atividade técnica, mas uma forma de utilização econômica de conteúdo protegido. Consequentemente, exceções amplas para mineração de textos e dados poderiam esvaziar mercados emergentes de licenciamento e enfraquecer os incentivos econômicos à criação cultural.

Em sentido oposto, pesquisadores e representantes de centros de inovação, como o Instituto Millennium, o Reglab, a Fecomercio-SP e diversos especialistas em tecnologia, sustentaram que essa interpretação confunde aprendizado computacional com reprodução autoral. Segundo essa visão, modelos de IA não armazenam obras para posterior exploração, mas extraem padrões estatísticos, relações semânticas e estruturas de linguagem.

O treinamento seria comparável ao processo humano de leitura e aprendizado, e não à reprodução ou distribuição de conteúdo protegido. A imposição de licenciamento prévio para bilhões de documentos tornaria economicamente inviável o desenvolvimento de sistemas nacionais, favorecendo apenas grandes empresas já consolidadas e aprofundando a dependência tecnológica do Brasil.

Entre esses dois polos surgiu uma terceira corrente, talvez a mais interessante do ponto de vista legislativo. Juristas como Juliano Maranhão, Luca Schirru

e Sérgio Branco defenderam soluções intermediárias capazes de preservar simultaneamente inovação e proteção autoral. Em vez de exigir autorização prévia para cada obra utilizada no treinamento, propõem permitir a mineração de textos e dados e concentrar a remuneração no resultado econômico gerado pelos sistemas de inteligência artificial.

Nessa lógica, empresas de IA contribuiriam para fundos de gestão coletiva ou mecanismos de compensação vinculados à receita obtida com a exploração comercial dos modelos. O foco desloca-se da fase de treinamento para os efeitos econômicos efetivamente produzidos pela tecnologia.

Outro aspecto relevante das audiências foi a crescente percepção de que o debate sobre inteligência artificial não pode ser reduzido aos direitos autorais tradicionais. Diversos expositores chamaram atenção para a necessidade de distinguir autores dos titulares empresariais dos direitos.

A pergunta deixou de ser apenas se deve haver remuneração e passou a incluir quem efetivamente receberá essa remuneração. A experiência das plataformas digitais demonstra que grandes conglomerados detentores de catálogos frequentemente capturam parcela significativa das receitas, enquanto criadores individuais permanecem em posição econômica vulnerável. O risco de reproduzir esse fenômeno no mercado de inteligência artificial foi apontado por diversos participantes.

Também ganhou força a ideia de que a regulação deve diferenciar categorias tecnológicas distintas. Sistemas de IA generativa capazes de produzir textos, imagens, vídeos ou músicas concorrentes com a criação humana apresentam desafios muito diferentes daqueles associados a sistemas de classificação, pesquisa, tradução ou análise de dados. A aplicação de um mesmo regime jurídico a todas essas tecnologias pode produzir custos regulatórios desnecessários sem benefícios proporcionais para os titulares de direitos.

Paralelamente ao debate autoral, surgiram preocupações relacionadas à integridade da informação, à proteção da imagem, à utilização não autorizada de voz e identidade digital e à proliferação de deep-fakes.

Organizações como Repórteres Sem Fronteiras e representantes da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República defenderam que

o marco regulatório deve enfrentar não apenas questões econômicas, mas também riscos à democracia, à confiança pública e aos direitos da personalidade. Nesse campo, observou-se grau muito maior de convergência entre os participantes do que na discussão sobre treinamento de modelos.

Ao final das audiências, uma conclusão tornou-se evidente. Não existe consenso sobre a natureza jurídica do treinamento de inteligência artificial, nem no Brasil nem no exterior. Tribunais americanos, europeus e latino-americanos ainda estão construindo respostas para questões que sequer existiam há poucos anos. Diante dessa incerteza, o desafio do legislador brasileiro não é escolher entre proteger autores ou incentivar inovação. É construir um modelo capaz de preservar ambos.

Talvez a principal lição extraída do debate seja justamente essa: o futuro da inteligência artificial não será definido apenas pela tecnologia, mas pela capacidade das instituições de encontrar um equilíbrio entre criatividade humana, desenvolvimento científico e interesse público.

O risco mais significativo não está na adoção de um modelo mais ou menos protetivo, mas na tentativa de enquadrar uma tecnologia disruptiva do século XXI por meio de categorias jurídicas concebidas para realidades substancialmente distintas.

O desafio regulatório consiste em desenvolver instrumentos normativos aptos a dialogar com a velocidade, a complexidade e a natureza transnacional do ecossistema digital, preservando o equilíbrio entre inovação, direitos fundamentais, desenvolvimento científico e interesse público.

Assine gratuitamente a newsletter Últimas Notícias do JOTA e receba as principais notícias jurídicas e políticas do dia no seu email

Até o presente momento, a Comissão Especial ainda não tornou pública uma minuta consolidada de projeto de lei ou de emenda substitutiva ao PL 2338 que incorpore as contribuições apresentadas nas audiências públicas.

A ausência desse texto preliminar torna particularmente relevante o papel da relatoria e da presidência do colegiado, que serão responsáveis por traduzir a riqueza do debate social, acadêmico, empresarial e institucional em uma arquitetura regulatória coerente, moderna e capaz de oferecer respostas adequadas aos desafios da inteligência artificial.

## Patentes: O que está em jogo para os brasileiros



Por Reinaldo Guimarães. Projetos em análise no Congresso reacendem o debate sobre inovação, acesso a medicamentos e os custos para consumidores e para o SUS.

A discussão sobre patentes de medicamentos raramente ganha a atenção que merece. É um tema que transita entre o direito, a economia, a política industrial e a saúde pública, e talvez por essa complexidade acabe sendo relegado quando deveria estar no centro do debate sobre desenvolvimento do país.

Uma patente não é um presente do Estado ao inventor. É um contrato. De um lado, o inventor recebe proteção temporária contra a concorrência no mercado - estímulo legítimo à inovação. Do outro, a sociedade exige que esse conhecimento seja divulgado e que, findo o prazo de proteção, ele passe ao domínio público. É exatamente essa função social da **propriedade intelectual** que está inscrita no artigo 5º, inciso XXIX, da Constituição Federal: estímulo ao desenvolvimento tecnológico e econômico do país, novos medicamentos e mais acesso para os brasileiros.

A chave de todo esse equilíbrio é a previsibilidade do prazo. No Brasil, como em quase todo o mundo, esse prazo é de 20 anos a partir da data do depósito, conforme o artigo 40 da Lei de **Propriedade Industrial** (LPI) e o artigo 33 do TRIPS.

É nesse contexto que precisam ser analisados os projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional que propõem mecanismos de extensão do prazo de vigência das patentes. A argumentação aparente é a de compensar os titulares pelo tempo que o **INPI** levou para avaliar o pedido da patente. O problema é que a solução proposta é pior do que o mal que pretende remediar. É preciso ressaltar que, depositada uma patente, assim que a patente é depositada, é gerada uma expectativa de direito que na prática impede que um concorrente se aventure a fabricar um genérico ou biossimilar.



Propostas que ampliam a vigência de patentes farmacêuticas ameaçam o equilíbrio entre incentivo à inovação e acesso da população aos tratamentos. Propostas que ampliam a vigência de patentes farmacêuticas ameaçam o equilíbrio entre incentivo à inovação e acesso da população aos tratamentos.

Propostas que ampliam a vigência de patentes farmacêuticas ameaçam o equilíbrio entre incentivo à inovação e acesso da população aos tratamentos. Magnific

Os projetos de lei de extensão institucionalizam esse problema. Reintroduzem, de maneira sistemática, a insegurança jurídica que já causou tanto dano na história recente da **propriedade intelectual** no Brasil. E fazem isso ignorando que patentes têm finalidade determinada, que não se limitam a um direito individual e que tratam dos interesses da coletividade e do desenvolvimento do País - como está explicitado na própria Constituição.

O debate sobre extensão de patentes de medicamentos não é um debate técnico sobre **propriedade intelectual**. É um debate sobre quem vai pagar a

conta - e por quanto tempo.

O Brasil construiu, ao longo de décadas, um arcabouço que busca equilibrar o estímulo à inovação com o acesso da população a medicamentos. Esse equilíbrio é frágil e exige cuidado. Projetos que propõem mecanismos de extensão de patentes transferem seu custo para o consumidor e para o SUS, a quem cabe cuidar da saúde todos os brasileiros.

O texto acima expressa a visão de quem o assina, não necessariamente do Congresso em Foco. Se você quer publicar algo sobre o mesmo tema, mas com um diferente ponto de vista, envie sua sugestão de texto para [email protected].

# Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório   INPI .....	1,2,3,4,7,8
Propriedade Industrial .....	1,2,3,4,7,8
Propriedade Intelectual .....	1,5,6,7,8